



RTP gastou -5,7% em pessoal entre Janeiro e Setembro de 2011

RODRIGO CABRITA

Cada trabalhador está 2055 euros mais barato nas empresas do Estado

Empresas públicas reduziram 171 euros/mês os custos com cada trabalhador e empregam menos 896 pessoas

FILIPE PAIVA CARDOSO
filipe.cardoso@ionline.pt

O sector empresarial do Estado (SEE), sem as unidades de saúde, a Estradas de Portugal e a Parpública, gastou 893,7 milhões de euros com o pessoal entre Janeiro e Setembro do ano passado, menos 8% que no mesmo período de 2010. Ainda neste período, as empresas consideradas reduziram 2,6% os quadros de pessoal – menos 896 trabalhadores, empregando em Setembro pouco mais de 34 mil pessoas. Os dados são do relatório do sector empresarial do Estado, relativo ao terceiro trimestre de 2011, agora publicado pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Cruzando as duas evoluções negativas referidas, conclui-se que o SEE registou nos primeiros nove meses do ano passado um custo médio mensal por colaborador de 2911 euros, que compara com os 3082 euros contabilizados em 2010 – menos 171 euros por mês, valor que, multiplicado por 12 meses, aponta para uma poupança anual com cada trabalhador de 2055 euros. Nestas contas estão incluídas, além de empresas mais pequenas, a Lusa, a RTP, a ANA, os portos, a Refer, a Parque Expo, a Águas de Portugal, os CTT, a CP, os metros de Lisboa e Porto, os STCP, a Carris e a Parque Escolar – esta foi a única que aumentou os custos com pessoal, com mais 16%.

A redução dos custos por trabalhador nas

contas das empresas públicas ocorre em consequência dos cortes salariais decididos para 2011, podendo dever-se também às rescisões com que as empresas estão a avançar, já que em alguns casos estas visam os trabalhadores com melhores salários – que, no caso de serem substituídos, o são por trabalhadores com remunerações inferiores.

TRANSPORTES CORTAM MAIS A CP, a Carris e o Metro do Porto são as empresas que mais reduziram os custos com trabalhadores entre Janeiro e Setembro do ano passado em comparação com o período homólogo de 2010. A transportadora de Lisboa viu os custos com pessoal recuarem 10%, de 65,9 milhões de euros para 59,4 milhões de euros, enquanto a CP poupou 11,1% – menos 10 milhões de euros – e o metro da Invicta reduziu a factura com pessoal 9,9%.

No conjunto, o sector dos transportes reduziu a factura com os trabalhadores 8,7%, de 259,5 milhões de euros entre Janeiro e Setembro de 2010 para 236,9 milhões nos primeiros nove meses do ano passado. Apesar da poupança de 22,6 milhões de euros com os trabalhadores, os resultados operacionais das empresas pioraram mais de 125,7% entre Janeiro e Setembro. As perdas de 286 milhões de 2010 passaram para 645,9 milhões de euros o ano passado, com os resultados financeiros dos transportes a piorarem 39,7%, para -423,8 milhões de euros.

03/02/2012

SEMÁFORO



Pedro Passos Coelho

O PCP decidiu chamar o primeiro-ministro ao parlamento para falar das secretas. É óbvio que o assunto é muito excitante e tem sempre audiência garantida. Pedro Passos Coelho faz muito bem em mandá-los dar uma volta.

P. 05



Miguel Relvas

A proposta de reforma do poder local foi ontem aprovada pelo governo. A redução para metade das freguesias nas cidades é uma excelente medida. Pena é que o PSD não tenha também cortado nas câmaras. Dar prémios às fusões é curto. Muito curto. PP. 04-05



Fernando Ulrich

Há sempre uma primeira vez. O BPI teve 204 milhões de euros de prejuízos em 2011. Nunca tal tinha acontecido ao banco presidido por Fernando Ulrich. Gregos e pensões tramaram a instituição. Veremos se 2012 é melhor. PP. 16-19 A. R. F

A FECHAR

Movimentos favoráveis ao aborto querem avaliar aplicação da lei

Líder parlamentar do PSD garante que não ponderou alterar lei

Uma avaliação aos resultados da lei da interrupção voluntária da gravidez seria bem acolhida tanto por organizações pró-vida como pelas que são a favor do aborto legal. A ideia de avaliar a execução da lei foi admitida ao *i* pelo deputado do PSD Nuno Reis e o líder parlamentar veio acrescentar que a intenção não é rever a lei. Luís Montenegro garante que a revisão da lei “não foi ainda objecto de nenhuma ponderação” no grupo parlamentar.

“Faz todo o sentido fazer a avaliação da lei, pois não tem sido correctamente aplicada, nomeadamente o aconselhamento prévio”, diz ao *i* Manuel Faria Blanc, do Ponto de Apoio à Vida (organização pró-vida).

A opinião é partilhada pelos movimentos opostos. Caso do UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta – que defende o aborto legal), em que Maria José Magalhães considera que “seria muito oportuno fazer uma avaliação da aplicação da lei”. E Margarida Medina Martins, da Plataforma pelos Direitos das Mulheres, só acrescenta uma condição: “Que os dados obtidos sejam usados para melhorar, não para alterar.” “PSD e CDS não querem avaliar, mas sim fazer regredir a lei no sentido da criminalização do aborto”, diz ao *i* João Semedo, do Bloco de Esquerda. E o líder parlamentar Carlos Zorinho avisa que mudar a lei “não faz qualquer sentido”. Nelson Pereira

iCORRIGE

SENEGAL

Na edição de ontem do *i*, por lapso, na página 29, as fotos que ilustram os perfis dos dos principais protagonistas dos últimos acontecimentos no Senegal estavam trocadas. O perfil do presidente Abdoulaye Wade surgia com a fotografia do músico Youssou N'Dour e vice-versa. Pelo facto, o *i* pede desculpa aos leitores e aos visados.